



MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA:

ONTEM, HOJE E SEMPRE!

VOLUME II

Deputada Federal
MARIA do
ROSÁRIO ★



“COMO É DIFÍCIL ACORDAR CALADO
SE NA CALADA DA NOITE EU ME DANO
QUERO LANÇAR UM GRITO DESUMANO
QUE É UMA MANEIRA DE SER ESCUTADO”

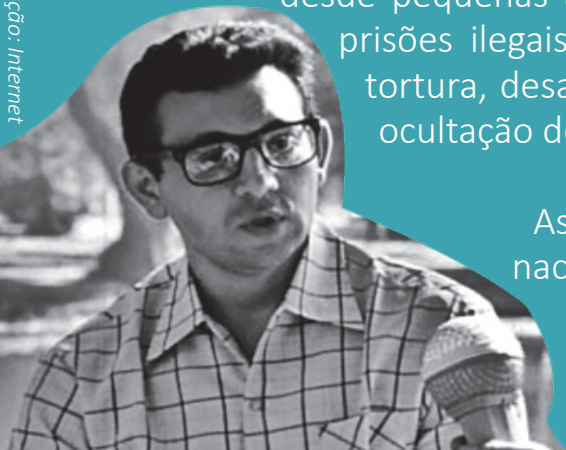
CÁLICE - CHICO BUARQUE E GILBERTO GIL

A VIOLÊNCIA QUE ANIQUILA

O uso da violência como arma de coerção estatal não é uma exclusividade brasileira, muito menos se iniciou na nossa era. Perpassando as mais diversas civilizações em diferentes tempos históricos, a violência se mostrou presente na vida em sociedade com maior ou menor intensidade. A tortura, como meio extremo da demonstração dessa crueldade, também não é um fruto de nosso tempo, já era costumeira em épocas anteriores.

No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, com a instauração e fortalecimento da ditadura civil-militar, a violência estatal, por meio da tortura de corpos de opositores políticos e severo controle da sociedade, se institucionalizou. Durante este período, independente da pergunta, a repressão era sempre a resposta. O Estado, guardião dos direitos mais básicos de seus cidadãos, era o mesmo que os violava sem pudor algum. Torturadores eram servidores públicos, com seu salário pago pelo contribuinte, que cumpriam escalas e rotinas de trabalho. Trabalhavam de forma sistemática e organizada. Eram pessoas comuns, sabiam o que estavam fazendo, ainda que alguns alegassem estar apenas cumprindo ordens. Essas ordens iam desde pequenas agressões físicas e verbais até prisões ilegais que podiam ser seguidas de tortura, desaparecimento forçado, morte e ocultação de cadáver¹.

As ditaduras de segurança nacional da América Latina tinham a violência como idioma. Como disse Frei Tito de Alencar,



uma das vítimas fatais desse terrível regime, em entrevista ao filme-documentário *Brazil: a Report on torture* (1971), “a única coisa democrática no Brasil é a tortura, pois existe indiscriminadamente para os trabalhadores, para os sacerdotes, para os advogados, enfim, para todas as pessoas”². No entanto, há grupos que sofreram violências de formas diferentes, cada um com suas peculiaridades. Aqui daremos enfoque a alguns deles: mulheres, comunidade LGBT, indígenas e pessoas negras, sem deixar de entender que a repressão foi multifacetada e que todos os setores da sociedade foram atingidos, incluindo pessoas advindas de forças militares e policiais.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

O golpe de Estado que derrubou João Goulart e colocou grupos militares no poder em 1964 se utilizou de um Estado hipertrofiado e altamente autoritário. A exclusão da população nos espaços de decisão permitiu que as instituições tivessem como fato cotidiano o controle e a repressão. O controle minucioso da população e a resposta altamente repressiva para qualquer tentativa de oposição ao grupo que estava no poder, foram os instrumentos que garantiram um regime tão destrutivo permanecer por 21 anos no comando do país. A violência perpetrada pelo Estado brasileiro durante o período não era apenas aquela que costumamos ver em páginas policiais ou nos livros que contam a história daqueles que foram presos e torturados pelos militares, ela também estava presente de forma mais silenciosa como com o controle do pensamento público por meio da censura prévia de criações artísticas ou noticiários e a vigilância constante dos cidadãos.

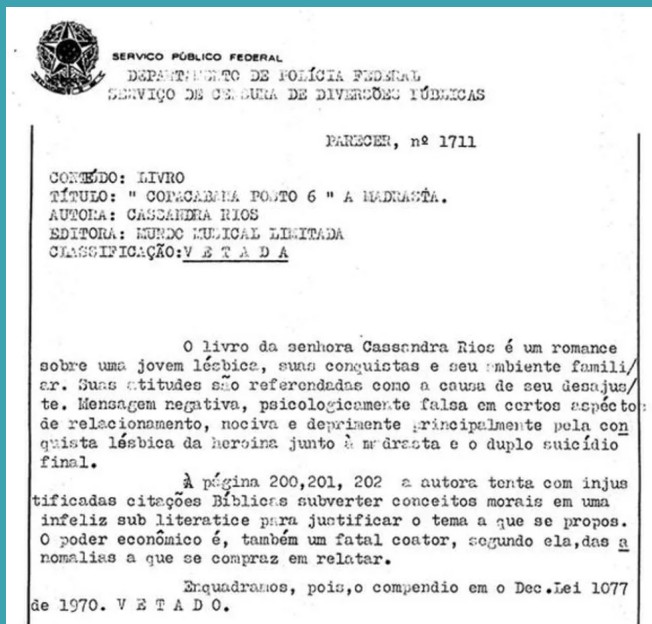
O modelo repressivo tinha uma lógica anticomunista advinda da Doutrina de Segurança Nacional. Entendiam que

qualquer movimento de massas que buscasse um mínimo de justiça social deveria ser considerado “subversivo”, criminalizando aqueles que lutavam por uma sociedade menos desigual. Com medo de que os ditos subversivos se tornassem uma ameaça real às instituições, as forças repressivas defendiam que aqueles que insurgiam deveriam ser tratados como inimigos da pátria e reprimidos como em uma guerra suja.

A violência investida pelo Estado autoritário contra seus “inimigos internos” poderia vir de diversas formas. Ainda que logo no início do regime houvesse uma preocupação em ter uma base “legal” para seus abusos, com uma nova Constituição, diferentes leis e Atos Institucionais, os militares também se utilizaram de prisões ilegais e centros clandestinos de detenção e tortura para intimidar a população e propagar sua política de terror. Com um Estado que agia legal e ilegalmente contra seus cidadãos, não havia garantia de nenhuma estabilidade democrática ou segurança de qualquer direito, todos poderiam ser atingidos.

De modo geral, quando a repressão agia por fora da legalidade, tinha um modus operandi que incluía o sequestro, a detenção, o interrogatório, a tortura e, por vezes, a execução extrajudicial (em muitos casos fruto das próprias sevícias) e a ocultação de cadáver. Essa linha de ação gerou o fenômeno dos “desaparecidos políticos”, que consistia naqueles que não estavam nem presos nem poderiam ser considerados oficialmente mortos, pois não se sabia o paradeiro de seus corpos. Em relação a esses desaparecidos, depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) e outras comissões explicam como era executado o processo, que contava com a retirada clandestina dos corpos (caso estivessem em

dependências oficiais), a quebra da arcada dentária e decepção das falanges (a fim de evitar a identificação do cadáver) e, por fim, o esquartejamento, a incineração, a imersão em ácido ou o arremesso dos corpos em rios e mares para que não fossem jamais encontrados³. Em conjunto a essas graves violações, a ditadura ainda apostava na contrainformação como forma de despistar familiares, tentando evitar possíveis investigações privadas.



Parecer de censor veta livro de Cassandra, 'Copacabana Posto 6' —
Foto: Reprodução (via BBC)

apenas sua visão política, como também sua ideia de moral e costumes. Muitos artistas tiveram suas obras proibidas no Brasil, na tentativa de evitar que determinados assuntos fossem abordados. Este movimento é claramente perceptível quando a pessoa mais censurada do regime foi Cassandra Rios, uma mulher lésbica que falava abertamente sobre sexualidade ⁴.

Para um sistema como esse se manter no poder é essencial um controle de narrativas. A censura foi efetiva no sentido de limitar o alcance das criações artísticas, da informação e de opiniões, sobretudo no que se tratava de resistência e repressão. O regime buscava impor não

No ramo jornalístico o controle poderia vir de diferentes formas. Para alguns veículos, maiores e com mais proximidade do regime, os militares preferiam punir os “deslizes” processando diretamente o jornalista responsável. Já as pequenas mídias, em geral de aproximação ideológica com a esquerda, sofriam uma repressão mais forte, com censura prévia total ou parcial, perseguição e prisão de jornalistas, editores e demais colaboradores. O regime buscava o controle da comunicação tanto para minimizar seus abusos como para criminalizar seus opositores ⁵.

O conluio com os grandes meios de comunicação também foi importante para a instauração da ditadura. Antes mesmo dos militares chegarem ao poder, ante ao cenário da Guerra Fria e a divisão do mundo em dois grandes blocos (o comunista, ligado à União Soviética e o capitalista, ligado aos Estados Unidos da América), criou-se a falsa ideia de que o país corria o risco de virar comunista - além de uma grande deturpação do que era esse sistema político. A narrativa da ameaça vermelha foi amplamente espalhada, fazendo com que as pessoas sentissem que precisavam de uma forte defesa contra ela, junto da ideia de que essa defesa só poderia vir das Forças Armadas, ampliando o apoio entre a sociedade civil para o golpe de Estado.

Finalizando o tripé repressivo, havia ainda a estratégia de vigilância. Com a função de monitorar as atividades dos cidadãos dentro e fora do país, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi o principal órgão de espionagem da ditadura brasileira, peça-chave para o efetivo controle da sociedade. Os serviços de inteligência e informação eram considerados essenciais para uma melhor atuação do Estado, sendo o SNI de forte influência para o governo. Seus comandantes tinham o status de Ministro e encontros diários com o presidente da República - dois deles

(Emílio Garrastazu Médici e João Baptista Figueiredo), após comandar o órgão, também comandaram a nação⁶.

A RESISTÊNCIA FEMININA

O papel das mulheres perante a ditadura civil-militar brasileira foi essencial, tanto nos grupos de resistência (armada ou não) como na busca por memória, verdade e justiça. Desafiando o papel feminino tradicional, mulheres estiveram na linha de frente em diferentes movimentos, tanto estudantis, como partidários ou sindicais. A violência direcionada a elas era advinda não apenas por seu papel político, desafiando o sistema vigente, como também por sua própria existência enquanto mulher, vivendo sob um regime extremamente machista e misógeno.

Nos anos 1960, no Brasil, as mulheres estavam em um forte movimento de reivindicações por direitos econômicos, políticos, de libertação sexual e pelo controle do próprio corpo. Esse movimento, que buscava romper com a lógica patriarcal,



Passeata dos Cem Mil Reprodução: Internet

além de enfrentar o machismo intrínseco à sociedade, precisou lutar também contra um governo repressivo. Enquanto para as classes mais abastadas os contraceptivos estavam em alta por trazerem uma nova possibilidade para as mulheres, onde agora elas poderiam escolher estar ou não no papel de mães, a ditadura, de forma autoritária e criminosa, impôs, para a população mais pobre, a esterilização em massa⁷. Mesmo com os avanços para os direitos das mulheres, estas ainda não estavam em pé de igualdade com os homens, muitas vezes precisando submeter suas vontades às vontades de seus pais ou maridos.

As mulheres que enfrentaram a ditadura muito se diferenciavam do que esperavam aqueles que detinham o poder, que entendiam que o seu papel deveria estar circunscrito na fraqueza, dependência, castidade e submissão. Eram mulheres fortes, que acreditavam na possibilidade de um mundo melhor, e por esse ideal lutavam bravamente. Executavam diferentes funções, como a manutenção dos locais de refúgio, cuidado da saúde e segurança dos militantes, funcionamento da imprensa clandestina e também da luta armada, onde muitas acabaram presas, torturadas e até mesmo assassinadas.

Objeto especial da tara dos torturadores, a violência sexual contra a mulher foi algo recorrente nos porões da ditadura. Em diversos depoimentos aparecem relatos de abusos por parte dos agentes do Estado. A violência se iniciava, muitas vezes, antes mesmo das agressões físicas, quando os algozes faziam com que as mulheres se despissem contra suas vontades. Estupros também eram práticas comuns nesses centros de detenção⁸.

Nem mesmo mulheres grávidas eram poupadas. Relatos evidenciam um cuidado especial para as gestantes, seja com técnicas que permitissem maus-tratos que evitassem um

possível aborto, seja com o objetivo totalmente oposto, quando os algozes pretendiam efetivar a interrupção da gravidez, ou mesmo infertilizar a torturada⁹.

Para além das militantes políticas, diversas mulheres eram detidas não por apresentar uma ligação direta com organizações de esquerda, mas por serem companheiras, esposas, filhas, amigas ou familiares de homens que participavam da resistência. Essas presas sofriam constantes ameaças e por vezes eram violadas na frente de seus companheiros para que estes dessem informações aos algozes. Nem mesmo freiras ou crianças eram poupadas das crueldades do regime.

Fruto de discriminações por parte do Estado, da sociedade e da família, muitas histórias seguem sem ser contadas. Mulheres que sofreram com as torturas desse regime sádico e assassino permanecem em silêncio, sem que tenhamos conhecimento sobre suas vivências.

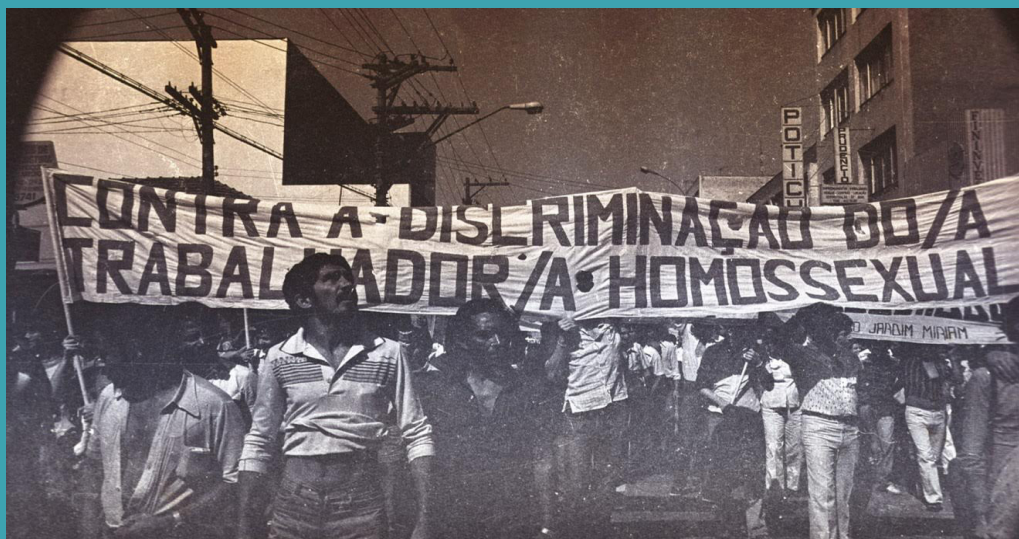
LIBERDADE SEXUAL E POPULAÇÃO LGBT

O preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), não é algo exclusivo dos dias de hoje, a LGBTfobia tem sua origem que remonta períodos muito anteriores. Durante a ditadura civil-militar brasileira não foi diferente, tudo aquilo que fugisse do padrão esperado por aqueles que detinham o poder, era fortemente reprimido.

Enquanto durou o regime, a censura e a repressão dificultavam qualquer tipo de organização de pessoas LGBTs, impedindo a criação de uma rede bem-estruturada capaz de monitorar as violações de direitos humanos exercidas pelo Estado e fazer a denúncia desses crimes. Apenas na década de 1980 que

se passou a ter um acompanhamento mais próximo dos casos de LGBTfobia, com a criação de coletivos como o Grupo Gay da Bahia (GGB), que começaram a coletar e divulgar os dados referentes às agressões contra essa população. A ausência de documentos e informações torna difícil mensurar o alcance dessas violências, que passaram a ser mais investigadas apenas com o fim do regime.

A ideologia vigente defendia que a homossexualidade era uma insurgência contra o bom funcionamento do regime, e a tornava um alvo a ser eliminado, legitimando a violência direta contra esse grupo. Frequentemente era associada a outros tipos de comportamento considerados “degenerados” pelos militares, como alcoolismo, prostituição, pederastia, entre outros.



Reprodução: Internet

O preconceito contra homossexuais estava espalhado pela sociedade. Diferentes discursos buscavam justificá-lo, como o médico-legal que considerava a homossexualidade uma doença, o religioso que a considerava um pecado, o criminológico conservador que a considerava um perigo social e os valores tradicionais que a desqualificavam e estigmatizavam¹⁰. Somado

a isso, as forças da repressão enxergavam a homossexualidade como parte de uma conspiração comunista maior, vinculando o grupo a um suposto “movimento comunista internacional”.

Enfrentando a forte censura do regime, em 1978 foi lançado o *Lampião da Esquina*, primeiro jornal que defendia abertamente os direitos dos homossexuais. A repressão, que já tinha como alvo jornalistas, professores, escritores e qualquer um que ousasse insurgir contra os costumes do regime, não fez diferente com os responsáveis pela publicação. Após diversos editores serem indiciados tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo e bancas de jornais sofrerem atentados (onde grupos de direita deixavam panfletos propagandícios exigindo que jornais alternativos como o *Lampião* deixassem de ser vendidos), o periódico encerrou suas atividades no ano de 1981.

Por volta de junho de 1980, na iminência da visita do Papa João Paulo II à cidade de São Paulo, a repressão se intensificou. Os esforços das polícias paulistas se uniram em uma operação que ficou conhecida como “Limpeza”, e consistia em retirar da área central da cidade a presença de prostitutas, travestis e homossexuais, sob a alegação do crime de “vadiagem” e a prisão cautelar prevista no código penal em vigor. A arbitrariedade era tamanha que, por vezes, o delegado responsável, José Wilson Richetti, chegava a rasgar habeas corpus alegando “a lei aqui sou eu”¹¹. Desde 1976, com a Portaria 390/76, travestis já eram perseguidas ostensivamente com o pretexto de “averiguações”. Segundo a mesma portaria, fotos deveriam ser inseridas no cadastro policial das detidas para que os juízes pudessem averiguar seu grau de periculosidade.

Lésbicas também foram alvo de perseguições do Estado brasileiro. Bares como Bixiguiha, Cachação e Ferros, conhecidos

por terem um público homoafetivo feminino, sofreram batidas policiais onde diversas mulheres lésbicas foram detidas. Mesmo com documentos regulares, a detenção ocorria com a argumentação de “você é sapatão”, demonstrando um puro preconceito das autoridades policiais.

Ainda que os proprietários não gostassem da ideia, Ferro’s Bar era um dos preferidos entre as militantes. Lá vendiam boletins chamados ChanacomChana, onde falavam abertamente sobre a homossexualidade feminina. Após sofrerem represálias dos representantes do local, assim como uma tentativa de expulsão, organizaram uma manifestação de resistência, mobilizando setores da imprensa, ativistas e parlamentares, que ficou conhecido como “pequeno Stonewall brasileiro”. Em 19 de agosto de 1983 o movimento ocupou o local buscando dar um basta na repressão e, com isso, garantiram a possibilidade de frequentá-lo e vender seu boletim por lá.

Os LGBTs brasileiros, por muito tempo, somada a repressão vivenciada diariamente como todos os demais cidadãos, precisaram conviver também com preconceito e a discriminação não apenas por parte do regime, como pelo resto da população. O golpe que se forjou em nome da moral e dos bons costumes, além de acabar com uma “ameaça comunista” inventada, buscava acabar com tudo aquilo que saísse do esperado pela “família tradicional”.

POVOS INDÍGENAS E A DITADURA

As violências perpetradas pelo Estado brasileiro contra povos indígenas não são esporádicas nem estão circunscritas apenas no período da ditadura civil-militar, são sistêmicas e fazem parte de escolhas políticas desde a invasão dos

colonizadores portugueses nas terras onde hoje se encontra o Brasil. Ainda nos dias atuais não se sabe ao certo quantas mortes foram decorrentes de ações diretas ou omissões de agentes governamentais. Apenas no período de investigação da CNV, a estimativa é de, ao menos, 8.350 indígenas mortos- no entanto, o número pode ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas foi analisada¹².



Reprodução: Internet

O regime militar, logo no governo de Castelo Branco, implementou o Plano de Integração Nacional (PIN), que buscava expandir fronteiras internas e ampliar rodovias. Em nome do desenvolvimentismo, os governos militares foram responsáveis por um rastro de massacres, torturas, doenças e remoções forçadas de populações indígenas, dissipando, ao menos, cerca de dez etnias. Um dos exemplos dessa política foi a rodovia Transamazônica BR-230 que afetou de maneira trágica 29 grupos indígenas.

Em relação aos órgãos de proteção à população indígena, no ano de 1967 o governo militar substituiu o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), de responsabilidade do Ministério da Agricultura, pela Fundação Nacional do Índio (Funai), de responsabilidade do Ministério do Interior, o mesmo que cuidava da criação de estradas e da política desenvolvimentista. Ações de diretores de ambos os órgãos levaram a casos de graves violações de direitos humanos decorrentes das obras de infraestrutura, da intenção de colonização e da extração de madeira e minérios.

O papel governamental nesse genocídio também se fez presente nas emissões fraudulentas de inexistência de indígenas em territórios de interesse. Para tomar posse das terras, empresas e particulares se utilizaram dos mais diferentes métodos para tentar extinguir fisicamente os povos indígenas, como oferta de alimentos envenenados, contágios propositais, sequestros e assassinatos por armas de fogo. O Relatório Figueiredo¹³ denuncia também a introdução de doenças como varíola, gripe, tuberculose e sarampo nessas comunidades.

Como resposta à constante violação de seus direitos mais básicos, diferentes lideranças indígenas passaram a se organizar na resistência. Em 1980, após dezenas de assembleias ocorridas desde 1974, formou-se a União das Nações Indígenas (UNI)- primeira organização indígena de caráter nacional e que cumpriu um papel essencial para a garantia do direito a terra e à preservação física e cultural de costumes e tradições no processo constituinte de 1988. No Congresso, se destaca a figura do cacique xavante Mário Juruna (eleito deputado federal pelo PDT em 1982) que ajudou a criar a comissão permanente de assuntos legais indígenas e lutou pela garantia de seus direitos, dentre eles, que a Funai deixasse de ser de responsabilidade dos militares e passasse para mãos indígenas¹⁴.

As marcas deixadas pelos militares seguem como feridas abertas na memória dessas comunidades. Na aldeia Ocoy¹⁵, em escolas ou casas de reza, a história de como suas vidas foram violentadas, suas ocas queimadas, seus direitos violados e suas terras engolidas pela usina hidrelétrica Itaipu Binacional é contada para as novas gerações como forma de manter viva a memória e o histórico de resistência de seu povo.

O RACISMO DA REPRESSÃO

Em tempos de ditadura, qualquer manifestação que viesse de encontro com o que o regime pregava, era considerada subversiva e recebia o olhar atento da repressão. O movimento negro, na sua luta contra a discriminação racial e a desigualdade social e no questionamento sobre o status de “democracia racial” do Brasil, enfrentou de forma intensa o governo autoritário. Essa é uma luta que remonta desde os tempos de escravização e vai até os dias atuais.



A violência contra negros e negras, como em todos os períodos da história do país, se dava das mais variadas formas e não pode ser percebida como algo apenas advindo de agressões físicas e verbais, devemos entender que a exclusão de sua participação social e o apagamento de suas histórias são violências que reverberam mesmo no período após o fim

dos governos militares. Não é por acaso que, no imaginário coletivo, a luta contra a repressão tenha se dado pela classe média branca, ainda que a presença negra tenha sido bastante expressiva.

O número total de pessoas negras presas e torturadas, ou até mesmo assassinadas pelo regime, é um tanto impreciso. Pessoas que seguem desaparecidas ou que não eram amplamente conhecidas por sua militância mas que também tiveram suas vidas ceifadas pelas violências dos governos autoritários fazem parte dessa soma, ainda que não estejam todas presentes nos dados registrados.

Violências simbólicas eram parte diária da repressão militar. Com uma postura oficial de quem negava que o racismo sequer existisse no país, defendendo a ideia de que se vivia em uma “democracia racial”, o regime considerava a luta do movimento negro “antipatriótica”. Documentos do SNI trazem inclusive o elemento de que o racismo seria uma mera invenção da esquerda no intento de criar conflitos inexistentes propiciando, quem sabe, uma revolução¹⁷. Como um processo de branqueamento da cultura, aos agentes da

censura ficava a responsabilidade de invisibilizar produções



culturais, reuniões e manifestações contra o preconceito ou a discriminação racial, podendo enquadrá-las como subversivas ou como atentados à segurança nacional.

No Brasil, a desigualdade social está diretamente relacionada à racial. No ano de 1970, pela primeira vez na história do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pergunta sobre raça/cor foi suprimida no questionário do censo, impactando diretamente as pesquisas sobre desigualdade racial, prejudicando a luta antirracista que se nutria destes dados para fomentar suas denúncias¹⁸. Maioria entre os mais pobres do país, para além das políticas de controle social, muitos sofriam com as políticas econômicas do regime, que agravou a desigualdade de renda entre a população, garantindo que até hoje uma maioria permaneça nas periferias da cidade sem acesso aos serviços mais básicos de responsabilidade do Estado. Era nas periferias também que o Esquadrão da Morte agia de forma mais sorrateira, dando fim à vida de centenas de pessoas- em especial, de pessoas negras.

Em diferentes espaços havia também resistência. O movimento negro se fazia



presente em universidades, clubes e associações culturais, instituições religiosas, sindicatos, centros estudantis, redações da imprensa alternativa e organizações partidárias, e dessa efervescência política surgiu o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. A resistência estava também na expressão cultural com a música Soul, roupas mais coloridas e cabelos Black Power. Entre os intelectuais, havia vozes importantes que denunciavam o racismo dentro e fora do país. A imprensa negra estava presente em diferentes regiões do Brasil e trazia entre as pautas mais relevantes a violência racial, a perseguição policial e a morte de jovens e trabalhadores negros nos grandes centros urbanos.

VIOLÊNCIAS QUE SEGUEM ATUAIS

Para parte da população, a violência do Estado nunca se ausentou. O Brasil é o único país da América Latina que não puniu os militares responsáveis pela ditadura e, não por acaso, é também o único em que as forças policiais mataram mais durante a democracia do que nos tempos de repressão¹⁹. A impunidade permite não apenas que práticas abusivas sigam ocorrendo, como também pode produzir uma naturalização da violência - o que parece ser o caso do nosso país. No Brasil do século XXI, mulheres, comunidade LGBT, indígenas e pessoas negras seguem tendo seus direitos constantemente ameaçados, discursos preconceituosos e incitadores de violência saem direto do gabinete do presidente da República e encontram eco em setores da sociedade que não identificam o quão nefasto é e as consequências que pode ter, evidenciando a necessidade de se repensar a forma com a qual tratamos desse passado.

¹ Café Filosófico CPFL com o advogado Pedro Dallari e a psicanalista Maria Rita Kehl. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-caso-amarildo-de-hoje-e-o-caso-rubens-paiva-de-ontem201d-3326/>>

² Brazil: a Report on torture. Direção de Saul Landau e Haskell Wexler, 1971.

³ Memórias da Ditadura- Repressão. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/repressao/>>

⁴ Cassanda Rios incomodou os militares não apenas por ser uma mulher escrevendo livros eróticos, mas por ser uma mulher lésbica escrevendo sobre o amor entre duas mulheres. Dos 50 livros publicados, 36 foram censurados pelo regime. A censura não foi o único recorde que Cassandra bateu, ela também foi a primeira escritora a alcançar a marca de um milhão de livros vendidos.

⁵ Memórias da Ditadura- Repressão.

⁶ COMISSÃO Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁷ Comissão da Verdade do Estado de São Paulo- Rubens Paiva. Verdade e Gênero. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap3.html>>

⁸ São inúmeros os relatos das mais diferentes mulheres e homens que sofreram sevícias durante a ditadura civil-militar. Mais detalhes, que optamos deixar de fora desse texto por ser um conteúdo bastante sensível, podem ser encontrados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Capitulo%2010.pdf>>

⁹ Capítulo 10- Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. in: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, V.1. Brasília: CNV, 2014.

¹⁰ Texto 7- Ditadura e homossexualidades. in: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, V.2. Brasília: CNV, 2014.

¹¹ FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. in: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org). Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFS, 2014. Carlesbicas e a ditadura militar in homossexualidades

¹² Texto 5- Violações de direitos humanos dos povos indígenas. in: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, V.2. Brasília: CNV, 2014.

¹³ Relatório Figueiredo é um documento com mais de 7 mil páginas produzido por Jader Figueiredo, procurador federal, entre os anos de 1967 e 1968 a pedido do Ministério do Interior. Nele está exposta a violência institucionalizada contra povos indígenas, com métodos de tortura, escravização e outras violações de direitos humanos.

¹⁴ Memórias da Ditadura- Indígenas. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/>>

¹⁵ Ditadura militar, uma ferida aberta na aldeia Ocoy. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946_568502.html>

¹⁶ Memórias da Ditadura- Movimentos Negros. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/movimentosnegros/>>

¹⁷ Comissão da Verdade do Estado de São Paulo- Rubens Paiva. Perseguição à população e ao movimento negro. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguicao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf>

¹⁸ Memórias da Ditadura- CNV e Negros. Disponível em: <<http://memoriasda-ditadura.org.br/cnv-e-negros/>>

¹⁹ KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. in: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

Deputada Federal

MARIA do
ROSÁRIO 

O AMOR NOS MOVE,
A LUTA NOS LIBERTA.

BRASILIA/DF:
CÂMARA DOS DEPUTADOS
ANEXO IV, GABINETE 312
CEP 70160-900
FONE: (61) 3215-5312
E-MAIL: COMUNICACAO.MARIADOROSARIO@GMAIL.COM

PORTO ALEGRE/RS:
RUA URUGUAI, 155 SALA 1403
CENTRO
CEP: 90010-140
FONE: (51) 3737-8023
E-MAIL: DEP.MARIADOROSARIO@CAMARA.LEG.BR